



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

DECISÃO RECURSO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2023

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação rural no Município de Bocaina de Minas, conforme **Contrato de Repasse OGU MAPA 924129/2021 - Operação 1081584-13.**

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, trata-se de análise de Recurso Administrativo interposto pela Empresa **Construpav Pavimentação e Infraestrutura LTDA**, inscrita no CNPJ: 01.235.077/0001-03

I – DO RELATÓRIO

1.1. O Edital de Tomada de Preços nº 01/2023 foi publicado no Jornal Panorama, no Diário Oficial da União e em Jornal de Grande circulação no Estado no dia 24 de janeiro de 2023, período a partir do qual também ficou disponível o edital na íntegra no site do Município, pelo prazo não inferior a 15 dias, em conformidade com que preceitua o artigo 21, da Lei federal nº 8.666/93.

1.2. A referida licitação foi do tipo Menor Preço, com sessão de julgamento de Habilitação e Propostas, no dia de 09 de fevereiro de 2023, às 09 horas.

1.3. Na data e hora supracitada, foi instalada a sessão de julgamento de licitação na modalidade Tomada de Preços em epígrafe com o recebimento de envelopes de habilitação e propostas.

1.4. Após análise pela Comissão Permanente de Licitação restou inabilitada a empresa recorrente pelos seguintes motivos:

Não cumprimento do item 10.3.1 do Edital, o qual exige a apresentação do seguinte documento: 10.3.1. - Balanço Patrimonial do último exercício social, exigível e apresentado na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial; 10.3.1.1. - empresas recentemente constituídas, deverão apresentar seu Balanço Patrimonial de Abertura e último Balancete; Para fins de cumprimento do citado item a empresa apresentou Balanço de abertura, sem registro na Junta Comercial, contudo a empresa foi aberta no ano de 2005, devendo apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social de acordo com o item 10.3.1. do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

Edital, e ainda tal documento, para ser válido, tem que estar registrado na Junta Comercial, conforme previsto no art. 1.181 da Lei 10.406/02. Neste sentido, resta claro que a Empresa não apresentou o documento exigido no item 10.3.1. na forma da Lei, motivo pelo qual foi inabilitada.

1.5. Em 27/02/2023, a empresa Recorrente interpôs recurso, tempestivamente, na forma do disposto no item 17.1 do Edital.

1.6. Recebida a peça recursal, a Comissão de Licitação publicou-a no site do Município, para os demais licitantes, querendo, impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disposto no item 17.5 do edital

1.7. Transcorrido o prazo supracitado, não houve impugnação ao recurso.

2- DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

2.1. A Recorrente Construpav Pavimentação e Infraestrutura LTDA **insurge** contra a decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou pelo não cumprimento do item 10.3.1 do Edital, tendo em vista que a Empresa não apresentou Balanço patrimonial na forma da lei.

2.2. Alega em suma que *em nenhum momento, o edital especifica a forma de apresentação de balanço de uma empresa a qual se encontrava inativa nos anos anteriores a licitação e que portanto não possui livros registrados por não possuir movimentação patrimonial. A movimentação patrimonial da empresa começou somente no ano de 2022 e devido a falta de esclarecimento quanto a esta situação em especial, a empresa achou por bem atender o que trata o item "10.3.1.1- empresas recentemente constituídas, deverão apresentar seu Balanço Patrimonial de Abertura e último Balancete;" que é o que mais se aproxima da atual situação da empresa em questão.*

2.3. Por fim, requer, a revisão da decisão da comissão de licitação para manter a Recorrente no processo licitatório.

III – DA ANÁLISE

3.1 - Vistos e recebidos o recurso tempestivamente por esta Comissão de Licitação, passamos à análise e posterior decisão.

3.2. Primeiramente, há de se ressaltar que os procedimentos adotados para realização da presente Tomada de Preços estão de acordo com as leis 8.666/93, em especial no que concerne aos princípios da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

3.2.1. O princípio da legalidade, impõe ao agente público uma atuação nos termos do que prediz a lei. Em outras palavras, somente é possível a ele agir da forma que a lei assim determinar.

3.2.2. O princípio da impessoalidade trata sobre a garantia nas licitações públicas da igualdade de condições a todos os concorrentes.

3.2.3. O princípio da moralidade é um corolário que "exige a honestidade, lealdade, boa-fé de conduta no exercício da função administrativa". Em outras palavras, além de cumprir a lei, a Administração Pública deve respeitar a ética, a moralidade, a lealdade, o decoro e a boa-fé.

3.2.4. Já o princípio da publicidade diz respeito à proibição de edição de atos secretos pela Administração Pública. A ideia é de que se o interesse é público os atos também devem ser públicos.

3.2.5. Quanto ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, este vincula a Administração Pública a seguir de forma estrita a todas as regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir ao certame.

3.2.6. Com relação ao princípio do julgamento objetivo, significa que o administrador deve observar critérios objetivos definidos no ato convocatório para o julgamento das propostas. Afasta a possibilidade de o julgador utilizar-se de fatores subjetivos ou de critérios não previstos no ato convocatório.

3.3. Neste sentido, importante esclarecer que todos os atos desta Comissão estão pautados na legislação e nos princípios que regem a licitação pública.

3.4. No mérito, importante deixar bem claro que o edital previu a apresentação da seguinte documentação em cumprimento ao item **10.3. - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.3.1. - Balanço Patrimonial do último exercício social, exigível e apresentado na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta comercial;

10.3.1.1. - empresas recentemente constituídas, deverão apresentar seu Balanço Patrimonial de Abertura e último Balancete;

3.5. Para fins de cumprimento da exigência editalícia, a Recorrente apresentou Balanço de abertura, sem registro na Junta Comercial, contudo a empresa foi aberta no ano de 2005, não se amoldando no item 10.3.1.1 do Edital devendo apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social de acordo com o item 10.3.1. do Edital,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

3.6. Com relação à alegação da Recorrente de que o edital não previu a forma de apresentação dos documentos, não assiste razão à Recorrente, uma vez de que o edital previu que os documentos deveriam ser apresentados **NA FORMA DA LEI**, e a lei que rege a matéria é o Código Civil Brasileiro. Vejamos as regras previstas no referido código:

**CAPÍTULO IV
DA ESCRITURAÇÃO**

Art. 1.179 O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Art. 1.180 Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

Art. 1.181 Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

3.7. Conforme se vê no artigo 1.181 do Código Civil, os documentos de escrituração contábeis de uma empresa devem ser **autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis, restando claro que a Recorrente não apresentou os documentos exigidos nos itens 10.3.1 e 10.3.1.1 do Edital na forma da Lei, sendo acertada a decisão da Comissão de Licitação de inabilitar a Recorrente.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAINA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ nº. 18.194.076/0001-60

3.8. Importante frisar que o julgamento deve ser restrito ao definido no instrumento convocatório, o qual estabelece que a documentação solicitada, referente à qualificação econômico-financeira, deve ser apresentada nos termos do subitem 10.3 do edital. Nesse passo, ao permitir a habilitação da Recorrente sem apresentar documento em consonância com o que prevê o Edital, estar-se-ia admitindo tratamento não isonômico aos licitantes, sendo que a Administração tem o dever de pautar seus atos e decisões em consonância com o edital, a fim de preservar a isonomia. Neste sentido, dispõe o art. 41, caput, da Lei n. 8.666/93:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

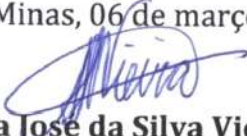
3.9. Cumpre ressaltar que é imprescindível a vinculação ao edital, pois é através dele que se estabelecem as normas e regras a serem atendidas no certame, para que todos possam concorrer de forma justa e igualitária, possibilitando o tratamento isonômico entre as partes concorrentes.

IV - DA CONCLUSÃO


4.1 - Diante de todo o exposto e respeitados os princípios constitucionais do Contraditório, da Ampla Defesa e da Vinculação ao Instrumento convocatório, conheço do recurso apresentado pela Recorrente **Construpav Pavimentação e Infraestrutura LTDA**, para no mérito negar provimento, mantendo inalterada a decisão que inabilitou a Recorrente.


4.2. Em respeito ao § 4º, do art. 109, da Lei de Licitações, encaminho a autoridade superior para deliberação.

Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas, 06 de março de 2023.

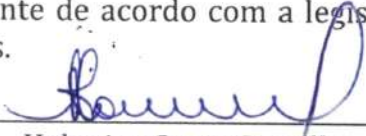

Maria José da Silva Vieira

Presidente da Comissão de Licitação


Maria Leonora Moreira Almeida
Membro Comissão


Welliton Almeida da Silva
Membro Comissão

A decisão acima está plenamente de acordo com a legislação em vigor, entendimentos doutrinários e jurisprudenciais.


Helenice Costa Cornélio
OAB-MG - 176423